

Os novos planos para salvar a economia nacional

GAZETA MERCANTIL

Wilson Cano (*)



O documento recentemente divulgado pelo Fórum Informal dos Empresários espeleia bem o mar revolto em que vivemos. Começa por apoiar a política do "feijão com arroz", fala do excessivo peso do Estado, mas diz que a culpa é da burocracia, causadora dos gastos públicos excessivos. Parece esquecer que os maiores beneficiários são justamente os empresários, como tomadores da dívida pública, como recebedores de elevados subsídios e, mais recentemente, como praticantes do mais novo esporte nacional, o "pedal inter-

nacional", vulgo "bicicleta"...

Depois de apontar para a inevitável necessidade do crescimento e da modernização, chama a atenção, corretamente, para o requisito prévio de modificar o acordo da dívida externa — para evitar maior saída de recursos — e o da reversão do processo inflacionário, para o que postula radical redução do déficit público e a desindexação: só não diz quem, quando e como se faria isso.

Entre as recomendações: privatização, realidade tarifária do transporte (estariam pensando na privatização da carga da Rede Ferroviária Federal?), enxugamento do emprego público, aumento da receita fiscal sem aumento de impostos, corte de investimentos públicos de "ne-

cessidade duvidosa" (será o "trenzinho" Norte — Sul?) Recomendam ainda a eliminação, nos próximos três anos, dos incentivos fiscais, creditícios e subsídios (e como ficaria a nova e ricamente incentivada política industrial?) e uma política indutora para converter a dívida externa e interna em investimento de risco. Sobre esta última (a interna), caberia lembrar que não é necessária nenhuma política adicional para sua execução: basta aos empresários retirar o dinheiro do cassino financeiro da dívida pública. Mas isso realmente lhes interessa no momento? Caso realmente lhes interesse, cabe perguntar: quem bancaria o financiamento público? E (o que eles sabem muito bem) a quem passariam o "mico"?

Bacanu

Por fim, declararam assumir uma política de preços e salários "sem a inflação passada", como necessária para a desindexação. Nisto têm toda a razão, dado que ao produzirem inflação à noite, atualizando seus preços, o setor privado não tem inflação passada. O mesmo não podem dizer os trabalhadores, que dormem todas as noites com a inflação passada e acordam todas as manhãs com a inflação presente e com a futura, esta última produzida pelos gestores da dívida pública. Para os juros e o câmbio, contudo, desaconselham a fixação de metas. Quanto ao emprego, comprometem-se a manter seu nível durante o acordo proposto, salvo por justa causa, força maior ou ordem climática...

Parece que tal proposta

está fadada ao fracasso, tanto porque uma das partes — os trabalhadores — não está totalmente a salvo do naufrágio, quanto porque o comando do navio está em mãos e cabeças inconfiáveis. Ou seja, com um governo em crescente processo de perda de credibilidade, a terceira perna do acordo — o Estado — está manca, ou mesmo quebrada.

Não bastasse isso tudo, e a semana já começou com mais uma "grande idéia": a do Plano Real, a surrada idéia orto-heterodoxa da inflação "inercial" e da otentização geral, como se os donos do poder já não a praticassem desde o recrudescimento inflacionário deste infeliz país.

(*) Professor titular do Instituto de Economia-Unicamp.

1988